

Ao Presidente da Câmara Municipal

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Formação Avançada em Assessoria Jurídica e Legislativa

Programa de Qualificação Profissional para Procuradores Legislativos, Assessores Jurídicos, Consultores e equipes técnicas de Câmara Municipal

OBJETIVOS

O curso tem como objetivo qualificar profissionais que atuam como Procuradores Legislativos, Assessores Jurídicos, Consultores, Analistas Legislativos e demais servidores de Câmaras Municipais. Reunimos numa só formação todos os conhecimentos teóricos e práticos que a assessoria precisa para realizar com segurança as suas atividades jurídicas e legislativas na Câmara Municipal. A formação visa desenvolver habilidades técnicas e políticas necessárias para que você possa desempenhar um assessoramento parlamentar de excelência.

Trata-se de um aprofundamento em todas as áreas essenciais para a rotina profissional de um Assessor Jurídico e Legislativo do Poder Legislativo. São 14 módulos, cuidadosamente pensados para as reais necessidades profissionais dos assessores jurídicos e legislativos das câmaras municipais. A Formação é conduzida por Dr. Walter Bernegozzi Jr, Procurador Jurídico de carreira do Legislativo Municipal, com experiência de mais de três décadas em assessorias jurídicas especializadas ao Poder Legislativo.

PÚBLICO ALVO

- ❖ Procuradores, consultores e analistas legislativos, advogados e assessores jurídicos de Câmaras Municipais (efetivos e comissionados).
- ❖ Assessores de vereador e assessores de Bancada, com formação jurídica ou outra formação superior.
- ❖ Secretário-Geral da Mesa e secretários de comissões com formação jurídica ou outra formação superior.
- ❖ Administradores, Contadores e Controladores Municipais.
- ❖ Profissionais que pretendem prestar consultorias externas e assessorias para vereadores e Câmaras Municipais.
- ❖ Estudantes de Direito, Administração Pública, Contabilidade e demais pessoas que pretendem atuar na Assessoria Parlamentar ou em Câmaras Municipais.
- ❖ Outros profissionais interessados nos temas do curso e que buscam um estudo mais completo e direcionado.

EMENTA (Conteúdos Programáticos)

Módulo 01: Advocacia Pública no Poder Legislativo

Advocacia Pública Legislativa. História, origens, desafios contemporâneos.

Advocacia Pública e Advocacia no Direito Público. Missões e o mercado de trabalho.

Advocacia Pública Legislativa. Atribuições, prerrogativas, independência funcional, metodologia de trabalho, controle de jornada.

Advocacia Pública Legislativa para além da técnica jurídica. Uma abordagem política da atuação da Advocacia Pública.

Atuação preventiva e gestão de riscos (próprios e dos assistidos)

Responsabilidade do Advogado Público Legislativo.

Vencimentos do Procurador Legislativo. Duplo teto remuneratório?

Processo Administrativo Disciplinar contra Advogados Públicos.

Advogado público comissionado e de carreira. Atribuições. Vedações.

Procurador Geral do Legislativo, Diretor Jurídico e o exercício da Advocacia privada.

Atuação judicial do Procurador Legislativo. Personalidade Judiciária da Câmara de Vereadores. Prazos Processuais. Atuação em prol de agentes políticos municipais.

Módulo 02: Revisão da Lei Orgânica Municipal

Compatibilidade da Lei Orgânica Municipal com a Constituição Estadual, Constituição Federal e jurisprudência; Simetria constitucional. Conteúdos gerais e locais da Lei Orgânica Municipal. Processo legislativo de revisão da Lei Orgânica Municipal: Proposta de Emenda à Lei Orgânica. Competência para revisar e atualizar a Lei Orgânica Municipal. Consequências ao município pela não atualização da LOM. Papel dos vereadores, da Mesa e do assessor na revisão e atualização da Lei Orgânica Municipal. Participação da Sociedade no processo de Revisão da Lei Orgânica. Assuntos que não podem deixar de serem atualizados na LOM.

Módulo 03: Revisão do Regimento Interno da Câmara e Processo Legislativo em âmbito municipal

Função e importância do Regimento Interno da Câmara Municipal. Compatibilidade do Regimento Interno da Câmara com a Lei Orgânica do Município. Conteúdos do Regimento Interno. Elaborar um novo Regimento Interno ou alterar o regimento existente? Metodologia e processo legislativo de alteração do Regimento Interno. Consequências à Câmara Municipal e aos vereadores pela não atualização do Regimento. Papel dos vereadores, da Mesa e do assessor na revisão e atualização do Regimento Interno. Assuntos que não podem deixar de serem atualizados no Regimento Interno. Impacto do Regimento Interno no funcionamento institucional do Poder Legislativo. Atuação na assessoria jurídica no Plenário e Comissões. Entendimentos recentes sobre a competência legislativa municipal (art. 30 do CF). A noção de peculiar interesse municipal. Polêmica sobre “Legislar gerando despesas” para o Executivo: considerações. Apoio técnico, acompanhando e suporte à atividade parlamentar (sessões Plenárias, Comissões e Audiências Públicas). Emissão de parecer sobre consultas formuladas pelo Presidente, demais vereadores ou pelos Órgãos da Câmara, sob o aspecto jurídico e legal. Elaboração legislativa: Análise e Redação de proposições: projetos de leis, decretos legislativos, resoluções, justificativas de vetos, emendas, e outros atos legislativos. Assessoramento às comissões parlamentares (CCJ e demais comissões da Casa), na análise da legalidade ou constitucionalidade de todos os projetos apresentados pelos parlamentares ou pelo Poder Executivo. Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Módulo 04: Subsídios, Diárias, Décimo Terceiro e Férias para agentes políticos municipais

Forma de remuneração de agentes políticos municipais. Competência para fixar os subsídios de agentes políticos municipais. Limites legais e constitucionais para fixação dos subsídios. Subsídio do Prefeito e dos vereadores. Subsídio de vice-prefeito e dos secretários municipais. Espécie legislativa adequada para a fixação de subsídios dos agentes políticos municipais: Lei ou Resolução? Décimo-terceiro subsídio e adicional de férias para agentes políticos. Reajustes (perdas inflacionárias) e Revisão Geral Anual dos subsídios dos agentes políticos municipais: possibilidades. Redução dos Subsídios dos Vereadores. Verba de representação e Subsídio diferenciado do Presidente da Câmara. O que é e como fazer o impacto orçamentário-financeiro, para aumentar os subsídios. Modelos de minutas de projeto de lei ou resolução para fixação de subsídios. Décimo Terceiro Subsídio e Férias dos Agentes Políticos Municipais. Verbas Indenizatórias. Diárias.

Verbas de Gabinete do Vereador. Tribunal de Contas x Poder Judiciário. entendimentos jurisprudências recentes sobre o tema. Diárias na Câmara de Vereadores: Regulamentação. Irregularidades e problemas mais comuns.

Módulo 05: Processo de cassação de mandato e CPI na Câmara Municipal.

Cassação de mandato de Prefeito e de vereador (*"impeachment municipal"*): Motivos que podem levar à cassação de um Prefeito ou Vereador: crimes e infrações político-administrativas. Desbravando o Decreto Lei 201 de 1967. Procedimentos e atos do Processo de Cassação de prefeitos e vereadores. Requisitos e prazos para a instauração do processo de cassação. Denúncia. Escolha dos integrantes da Comissão Processante. Eleição das funções (Presidência, Relatoria e membro). Procedimentos iniciais. Notificação do prefeito ou vereador acusado. Defesa prévia (prazos). Observância ao princípio do contraditório e ampla defesa. A produção de provas no processo de cassação. Testemunhas. Parecer Preliminar. Parecer Final. Alegações finais e encerramento do processo de cassação. Decisão (Julgamento) do Plenário. Consequências da Cassação: Afastamento definitivo do prefeito ou vereador cassado, realização de novas eleições e preenchimento de vagas no caso de cassação de vereador. Interferência do Poder Judiciário no processo de cassação e recursos possíveis. Análise de casos de cassação de prefeitos e vereadores. Discussão de questões polêmicas no processo de cassação. Previsão regimental. Convocação de suplente. Quórum para as deliberações. Possibilidades de Controle pelo Poder Judiciário. Anulação da decisão. Processo de Destituição de membro da Mesa da Câmara Municipal: Procedimentos: da denúncia ao julgamento. Previsão regimental. Aplicação analógica do Decreto-Lei 201/67. Convocação de suplente. Quórum para as deliberações. Possibilidades de Controle pelo Poder Judiciário. Anulação da decisão. CPI na Câmara Municipal: A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara (Requisitos constitucionais). Princípios norteadores das Comissões Parlamentares de Inquérito. A CPI conforme os entendimentos jurisprudenciais recentes. Poderes. Objeto da investigação. Poderes e limites de atuação de uma CPI. Procedimentos e rito em âmbito municipal. Rito para a investigação no Regimento Interno da Câmara: instalação da comissão, coleta de provas, instrução. Oitiva de testemunhas. Condução coercitiva. Contraditório e ampla defesa. relatório final. Garantia ao investigado de ampla defesa e contraditório. Publicidade dos atos da CPI. Orientações práticas para a investigação. Papel do assessor jurídico em CPIs. Sigilo das informações coletadas na investigação. Regulamentação da CPI no Regimento Interno.

Módulo 06: Processo de Julgamento das contas do Prefeito pela Câmara Municipal

Competência do TCE ou TCM. Processo de tomada e Prestação de contas do Executivo. Procedimentos e instrução do processo de tomada de contas no TCE. Defesa do Prefeito. As sanções e penalidades impostas ao Prefeito pelo TCE. Recursos previstos. O encaminhamento do Parecer Prévio do TCE à Câmara Municipal. O Processo de julgamento de Contas do Prefeito pela Câmara Municipal. Atuação da Comissão da Comissão de Finanças e Orçamento no processo de julgamento das contas do Prefeito. Elaboração do Parecer. A publicidade do Parecer Prévio do TCE. O princípio do contraditório e da ampla defesa no processo de julgamento das contas do Prefeito. Elaboração do Decreto Legislativo (com resultado do julgamento). As consequências do julgamento das contas do Prefeito pela Câmara Municipal (inelegibilidade).

Módulo 07: Inteligência Artificial aplicada à Procuradoria Legislativa

Qual IA usar. Cadastro na plataforma. Oficina: Criação de Documentos jurídico-Legislativos (Oficina) por meio de Inteligência Artificial: Pareceres, Projetos de Lei, Mandados de Segurança, recursos, Requerimentos, Ofícios, Indicações, etc. Elaboração de resumo de vídeos, obras, artigos. Análise técnica e gramatical de documentos legais (proposições legislativa, pareceres jurídicos, contratos administrativos, editais de licitação etc). Criação de assistentes inteligentes. Elaboração de discursos e sustentações orais.

MÓDULOS GRAVADOS

Módulo 08: Processo Legislativo Orçamentário e Orçamento Impositivo em âmbito municipal (Emendas Impositivas)

Base legal do Processo Legislativo Orçamentário. Execução de emendas impositivas em ano eleitoral. Vedações constitucionais. Receita corrente líquida conceito e previsão legal. Receita corrente líquida para fins de limites – LRF. Emendas parlamentares. Emendas parlamentares às leis orçamentárias. Compatibilidade entre as peças orçamentárias. Classificação quanto à indicação: emenda individual, emenda de bancada, emenda de bloco e emenda coletiva. Classificação quanto ao tipo de alteração: apropriação, remanejamento e cancelamento. Orçamento impositivo. Orçamento impositivo equitatividade das emendas. Emendas impositivas individuais. Emendas impositivas de bancada. Constitucionalidade das emendas impositivas de

bancada. Check list: tópicos para incluir no regimento as emendas de bancada e equidade. Como identificar as ações na emenda. Beneficiários das emendas impositivas. Que tipo de emendas impositivas podem ser realizadas. Instrumentos de repasses de transferências. Lei 13.019, de 2018. Impedimentos técnicos das emendas impositivas. Análise das emendas e dos impedimentos. Prazos para correção impedimentos técnicos. Nova regra sobre impedimentos técnicos. Restos a pagar. O poder executivo pode limitar as emendas impositivas? Check list para incluir no regimento interno as emendas individuais. Acompanhamento das emendas. Jurisprudência sobre o tema. Noções sobre Estimativa de Impacto Financeiro-Orçamentário

Professor convidado: Dr. Mário Galavoti

Módulo 09: Gestão financeira da Câmara Municipal (Duodécimos) e Improbidade Administrativa

O que é e qual a finalidade do duodécimo. Previsão constitucional. Valor e Teto dos duodécimos. Base de cálculo para o limite do duodécimo. Receitas computadas. Queda e Aumento na arrecadação: há desconto ou aumento proporcional do duodécimo? Prazo máximo que o prefeito tem para repassar o duodécimo da câmara. Consequências para o Gestor se ele não repassar o Duodécimo na data limite, ou se repassar valores abaixo do estabelecido na lei. Como a Câmara deve proceder. Antecipação de duodécimo. Adiantamentos (Fundo Fixo de Caixa e Despesas de Viagens). A prefeitura pode repassar um valor inferior em um mês e compensar no mês subsequente? Obrigatoriedade da devolução do duodécimo não utilizado. Restos a pagar. Vincular a devolução do duodécimo a uma despesa específica: possibilidade. A devolução de recursos ao Executivo. Limite de despesas da câmara. Responsabilidade do Prefeito e do Presidente da Câmara quanto aos duodécimos. Controle das Contas Bancárias e Aplicações Financeiras. Improbidade Administrativa. Conceito de improbidade administrativa. Sujeito ativo e passivo do ato de improbidade. Espécies de ato de improbidade. Diferenças entre infração funcional (administrativa), improbidade administrativa e crime contra a administração pública. Improbidade Administrativa praticada por membros do Legislativo. A violação aos princípios básicos e gerais da administração pública. Penas aplicáveis aos atos de improbidade. Noções de processo judicial de apuração do ato de improbidade administrativa. Prescrição do ato de improbidade. Nepotismo: Súmula Vinculante nº 13 do STF e o parentesco. Nepotismo cruzado com a Prefeitura. Casos práticos. Denúncia.

Módulo 10: A atuação da assessoria jurídica em processos administrativos internos (PAD e Sindicância).

Orientação e Pareceres em sindicâncias e processos administrativos de natureza disciplinar instauradas pela Presidência. Regime disciplinar: Condução e atuação em Comissões de Sindicância e Comissões Processantes disciplinares (PAD) instauradas na Câmara Municipal (processo administrativo disciplinar).

Ministrante convidado: Dr. Fabrício Colombo

Módulo 11: Controle de Constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais

Modalidades de controle preventivo no Processo Legislativo. Agentes de controle preventivo. Instrumentos de controle. Questões gerais sobre a atuação da área jurídica da Câmara Municipal. Representação da Câmara em juízo: Defesa, judicial ou extrajudicial dos interesses e direitos da Câmara, em ações diretas de inconstitucionalidade, mandados de segurança, ações populares e quaisquer outras ações em que a Câmara seja parte (autora, ré, interveniente ou, por qualquer forma, interessada).

Módulo 12: Implantação da Nova Lei de Licitações e contratos na Câmara Municipal

Atuação do assessor jurídico em Licitações e Contratos da Câmara Municipal. Orientação, Análise dos Editais de Licitação da Casa. Emissão de Pareceres sobre: processos licitatórios da Câmara, dispensa ou inexigibilidade de licitação, contratos firmados pela Presidência, prorrogação contratual, e em outros atos de natureza jurídica. Aspectos relevantes da Nova Lei de Licitações para as contratações da Câmara Municipal. Limite de Gastos com os Vereadores. Limite de Gastos com a Folha de Pagamento do Legislativo. Limite de Gastos com Pessoal do Legislativo. Minutas.

Ministrante: Prof. Carlos Bredariol

Módulo 13: Condutas Vedadas a agentes públicos em ano eleitoral

Condutas vedadas aos agentes públicos pela legislação eleitoral vigente (Lei nº 9.504/97).

O que é circunscrição do pleito;

Vedações do art. 73 da Lei Eleitoral:

- utilização de bens móveis e imóveis, materiais e serviços: o que é permitido, o que é proibido;
- distribuição gratuita de bens e serviços: uniformes escolares, cestas básicas, transporte de pacientes, etc.
- programas sociais: continuidade ou implementação;
- nomeação, contratação, exoneração de servidores públicos;
- realização de concurso público e nomeação de candidatos aprovados: regra geral e exceções;
- concessão de reajuste salarial e revisão geral da remuneração;
- elaboração ou reestruturação de plano de carreira dos servidores;
- concessão ou supressão de benefícios e vantagens aos servidores públicos
- celebração de convênios e contratos;
- propaganda institucional;
- declarações e entrevistas em emissoras de tv, rádio, jornais e revistas;
- inauguração de obras e serviços;

Aumento de despesa com pessoal no final do mandato.

Ministrante convidado: Prof. Alexandre Canela

SUPORTE AO ALUNO E ACOMPANHAMENTO PERSONALIZADO

Assessoramento do início ao final da formação enquanto durarem as aulas ao vivo.

Os professores ficam à disposição no grupo exclusivo de alunos no Whatsapp para esclarecimento de dúvidas e orientações personalizadas aos casos concretos, garantindo uma experiência de aprendizado completa e altamente resolutiva.

COMUNIDADE DE ALUNOS

O networking é um dos grandes benefícios dessa formação.

O NOVO LEGISLATIVO

A turma é formada por profissionais da área jurídica e legislativa de diversos lugares do país: o ambiente perfeito para troca e aprendizagem e contatos profissionais entre os participantes.

BÔNUS 01

Curso completo de Processo Legislativo e Regimento Interno

Professora Renata Cunha.
De R\$497,00 por R\$ 00,00

BÔNUS 02

CURSO COMPLETO DE ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL:
Processo Legislativo Orçamentário: PPA, LDO, LOA e Emendas Impositivas

Professor Mário Galavoti

BÔNUS 03

E-book Competência Legislativa Municipal, à luz do STF e Tribunais Superiores
Autoria: Dr. Walter Bernegozzi Jr. e Renata Cunha
De R\$97,00 por R\$ 00,00

PROFESSORES

Dr. Walter Bernegozzi Jr, Renata Cunha e professores convidados.

Dr. Walter Bernegozzi

Advogado desde 1997, Assessor Jurídico de carreira da Câmara Municipal desde 2010, Especialista em Direito Público Municipal e Direito Processual Civil, Membro da Comissão de Acompanhamento Legislativo da 7ª Subseção da OAB/MS, Ex-Presidente da 7ª Subseção da OAB/MS, Ex- Coordenador Regional da Escola Superior da Advocacia - MS, Professor Universitário por mais de 15 anos em cursos de Graduação em Direito, Administração, Ciências Contábeis e Pós-Graduação. Especialista em Processo Legislativo e Revisão de Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal.

Renata Cunha

O NOVO LEGISLATIVO

Servidora efetiva da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina há mais de 13 anos, atuando na Diretoria Legislativa da ALESC. Renata Cunha ministra palestras e cursos (presenciais e online) para vereadores e servidores de Câmaras Municipais. Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, e pós-graduada em Gestão Pública e Políticas Sociais. Especialista em Processo Legislativo e Regimento Interno de Casas Legislativas.

MODALIDADE

Curso Online

Aulas ao Vivo por meio da Plataforma de videoconferência Zoom; e Aulas gravadas disponíveis na Plataforma Hotmart.

METODOLOGIA DE TRABALHO APLICADA NA FORMAÇÃO

- Abordagem dinâmica e interativa: aulas expositivas e dialogadas, com os ministrantes Dr. Walter Bernegozzi, Renata Cunha e professores convidados.
- *Fundamentos teóricos aliados à análise de situações práticas e casos reais.*
- Conteúdos atualizados, conectados às necessidades das Casas Legislativas de pequeno porte, com ênfase na resolução de problemas e busca de soluções viáveis às demandas dos alunos.
- Material de apoio
- Acompanhamento personalizado do início ao final da formação: esclarecimento de dúvidas, assessoramento e orientações diárias aos participantes, no grupo exclusivo de alunos (Whatsapp).

CARGA HORÁRIA E CERTIFICAÇÃO

72 horas-aula

Certificado de extensão universitária* taxa adicional.

*Curso reconhecido pelo MEC

Certificado simples sem taxa adicional

Obs: O recebimento do certificado está condicionado à presença do aluno em pelo menos 75% da carga horária do curso. O certificado será emitido em formato digital em até 30 dias após o término do curso.

DURAÇÃO DO CURSO

Acesso ilimitado à gravação de todas as aulas por 01 ano

Havendo interesse em revisar as discussões ou se o aluno perder algum encontro ao vivo, todas as gravações das aulas ao vivo e materiais ficam disponíveis aos participantes pelo período de 12 meses (01 ano), na Plataforma da Hotmart, a contar da data de inscrição.

PERIODICIDADE DAS AULAS AO VIVO

Encontros quinzenais, a partir de 14 de julho, em dias alternados da semana (Segundas, Quartas e Quintas), das 19h às 22h (horário de Brasília)

**Consulte o cronograma*

FORMA DE CONTRATAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação, conforme preconiza o Art. 74, III, f, da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21).

Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021

Art. 74. **É inexigível a licitação** quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de **natureza predominantemente intelectual** com profissionais ou empresas de notória especialização:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

O NOVO LEGISLATIVO

INVESTIMENTO

☒ ~~De: 3.997,90 (Três mil novecentos e noventa e sete reais)~~

Com 1.500 reais de desconto: Oferta especial de Lançamento da Turma 01/2025

Por: **R\$ 2.497,00** (Dois mil quatrocentos e noventa e sete reais)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

À vista (PIX ou Boleto Bancário)

Para emissão de empenho, solicite os documentos da empresa pelo *WhatsApp* (48)99928-4712.

**A inscrição e participação nas aulas é confirmada mediante pagamento ou cópia de empenho ou de contrato firmado, encaminhado para o e-mail contato@institutoenatacunha.com.br ou WhatsApp (48)99928-4712*

MATRÍCULAS

As matrículas vão ocorrer do dia 03/07 até o dia 10/07 **com R\$ 1.500 reais de desconto e COM Certificação de Extensão Universitária inclusa**

Do dia 11/07 a 14/07, o curso retorna ao valor sem desconto.

GARANTIA EM CASO DE DESISTÊNCIA

Caso o participante queira desistir, poderá solicitar o reembolso total do valor em até 15 dias da data da inscrição.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO

Telefone 01: (48)99928-4712 (whatsapp)

Telefone 02: (48) 99206-1432

E-mail: contato@institutoenatacunha.com.br

DADOS PARA EMISSÃO DO EMPENHO

 O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br

Cnpj: 33.925.782/0001-29

São José-SC



O NOVO LEGISLATIVO

Razão Social: Instituto Renata Cunha - Educação Legislativa Presencial e a Distância Ltda

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 407, Campinas, São José/SC - Sala 1201.

Cep: 88101-020

CNPJ: 33.925.782/0001-29

Inscrição Estadual: Isento

Inscrição Municipal: 9029139

Respeitosamente,

Everton Teixeira Ferreira
Sócio Administrador

São José/SC, 04 de julho de 2025